

# A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital: uma análise do surgimento sócio-histórico da facção

Eduardo Armando Medina Dyna<sup>1</sup>

*Recebido em agosto de 2022*

*Aceito em dezembro de 2022*

## RESUMO

A sociedade brasileira nas últimas décadas foi perpassada por graves problemas sobre a segurança pública e a questão das cidades urbanas, designando novas complicações sobre violência, insegurança e criminalidade na vida cotidiana do povo brasileiro, surgindo a partir da década de 1980 e 1990, as denominadas organizações criminosas, facções oriundas das atividades ilegais e do sistema prisional, em especial, a organização Primeiro Comando da Capital (PCC). Desta forma, o objetivo deste artigo é investigar a construção do surgimento do PCC, averiguando sua origem e seus elementos complexos das atuações políticas, econômicas, simbólicas, culturais, sociais e institucionais. O intuito é compreender esse primeiro momento de criação da facção, indo além da visão estereotipada e opaca. Foi utilizado o método qualitativo, através de uma revisão bibliográfica sobre as principais referências teóricas e especialistas sobre o objeto de pesquisa. O Primeiro Comando da Capital, surgido em 1993 em uma cadeia no interior do estado de São Paulo, é atualmente, a maior facção do Brasil, estando presente em todo território nacional e também em regiões da América Latina, tornando-se um objeto complexo e místico na opinião pública, nos discursos governamentais e no âmbito acadêmico.

**Palavras-chave:** Primeiro Comando da Capital (PCC); sociologia da violência; crime organizado; segurança pública; crime.

## The complexity and enigma of the First Capital Command (pcc): an analysis of the faction's socio-historical emergence

## ABSTRACT

In recent decades, Brazilian society has been plagued by serious problems regarding public security and the issue of urban cities, creating new complications regarding violence, insecurity and criminality in the daily lives of the Brazilian people. As of the 1980s and 1990s, the so-called criminal organizations, factions originating from illegal activities and the prison system, in particular the First Command of the Capital, emerged. The objective of this article is to investigate the construction of the emergence of the First Command of the Capital, investigating its origin and its complex elements of political, economic, symbolic, cultural, social and institutional actions. The intention is to understand this first moment of the creation

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista - campus de Marília. Pós-graduando em Políticas Públicas e Projetos Sociais no SENAC/SP. Marília-SP/Brasil. Pesquisador do Observatório de Segurança Pública (UNESP). Bolsista CAPES-DS. E-mail: eduardo.dyna@unesp.br.

of the faction, going beyond the stereotypical and opaque vision. The qualitative method was used, through a bibliographical review of the main theoretical references and specialists on the object of research. The First Capital Command, created in 1993 in a prison in the interior of the state of São Paulo, is currently the largest faction in Brazil, being present in the entire national territory and also in regions of Latin America, becoming a complex and mystic object in public opinion, governmental discourses and academic sphere.

**Keywords:** First Capital Command (PCC); sociology of violence; organized crime; public security; crime.

## **La complejidad y el enigma del Primer Comando Capital (pcc): un análisis de la emergencia socio-histórica de la facción**

### **RESUMEN**

En las últimas décadas, la sociedad brasileña se ha visto asolada por graves problemas en relación con la seguridad pública y la cuestión de las ciudades urbanas, creando nuevas complicaciones en relación con la violencia, la inseguridad y la criminalidad en la vida cotidiana de los brasileños. De esta forma, el objetivo de este artículo es indagar en la construcción del surgimiento del Primer Comando de la Capital, investigando su origen y complejos elementos de acción política, económica, simbólica, cultural, social e institucional. La intención es comprender este primer momento de la creación de la facción, superando la visión estereotipada y opaca. Se utilizó el método cualitativo a través de una revisión bibliográfica de las principales referencias teóricas y de especialistas sobre el objeto de investigación. El Primer Comando Capital, establecido en 1993 en una prisión del interior del estado de São Paulo, es actualmente la mayor facción de Brasil, estando presente en todo el territorio nacional, así como en regiones de América Latina, convirtiéndose en un objeto complejo y místico en la opinión pública, los discursos gubernamentales y los círculos académicos.

**Palabras-clave:** Primer Comando Capital (PCC); sociología de la violencia; crimen organizado; seguridad pública; delincuencia.

Nas últimas décadas, um dos temas que foi aprofundado no debate na opinião pública, nas esferas eleitorais, no âmbito acadêmico e, mais recentemente, nas mídias sociais e nas plataformas da internet foi o campo da segurança pública. Os diferentes problemas relacionados aos tipos de violências, criminalidade, corrupção, repressão policial, encarceramento em massa, medo e, principalmente, ao crime organizado, tornaram-se a norma desde a década de 1990 nas metrópoles urbanas, estabelecendo uma relação direta entre os problemas da segurança pública e os novos desdobramentos das cidades brasileiras (SILVA, 2020).

Essas contradições, com consequências sociais e humanitários, são oriundas de um complexo conjunto de questões históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais como,

por exemplo, a extrema desigualdade social, a concentração de renda e terra, a pauperização do mundo do trabalho, a violência sistêmica e estatal, a ausência de políticas públicas sociais para as classes populares e uma condição digna para os trabalhadores, fator que perdura na história brasileira.

No período transitório do regime ditatorial para o regime democrático, o campo da segurança pública produziu um paradoxo interessante. Com o fim da ditadura civil-militar (1964–1985) e com a nova fase de liberdades políticas e de organização, avolumou-se uma crescente onda de violência, criminalidade e a criação e organização do crime, denominado pela opinião pública e as esferas policiais e judiciária de “crime organizado”, mas também de codinomes nativos entre os próprios membros do nicho como “Facção”, “Organização”, “Comando”, “Irmandade”, “Família” e “Partido”<sup>2</sup>.

Na década de 1980 foi criado na prisão “Instituto Penal Cândido Mendes”, em Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ), o Comando Vermelho (CV), a primeira facção que foi consolidada e conhecida pela sociedade e que produziu novos dilemas para a criminalidade nacional e para o campo da segurança pública, fruto de uma nova organização política, uma expansão para fora das prisões cariocas, um estabelecimento nos morros e novos caminhos de uma economia ilícita (AMORIM, 2003).

Na década de 1990, na cadeia de Taubaté, no interior de São Paulo, foi criado a organização Primeiro Comando da Capital (PCC), facção que foi inspirada no CV do Rio de Janeiro, mas também adaptada às demandas da realidade da criminalidade e da realidade paulista, expandindo nacionalmente e internacionalmente, tornando-se uma das maiores facções da América Latina atualmente.

O PCC, ao contrário do CV, conseguiu uma estabilidade e expansão maior em sua história, criando e configurando o mundo do crime (FELTRAN, 2007) em São Paulo e

---

<sup>2</sup> Para uma melhor adaptação dos termos e diluir os discursos de senso comum, será utilizado os codinomes nativos supracitados. A problemática do termo “crime organizado” foi discutido por Adorno (2019), Silva (2010), Telles e Hirata (2007), em que os autores apresentam os limites e fragilidades do termo crime organizado, sendo empregado para cada autor e seus referenciais teóricos metodológicos, outros tipos de conceituações, para concretizar a análise sobre este objeto no campo da segurança pública.

gerando relações de legitimidade com sua presença e ações em suas bases mais próximas, isto é, as populações das prisões e das periferias<sup>3</sup> no estado de São Paulo.

Em 2022, o PCC fez 29 anos de história, marcado com muitas fases e rupturas internas e externas, fazendo do seu surgimento inicial uma criação singular, mas pouco informada na vida acadêmica e na sociedade. As questões simbólicas e culturais foram um elo importante para criar uma mistificação em torno da irmandade, reproduzida pelos discursos midiáticos e pela narrativa oral de indivíduos que acompanharam o nascimento da facção. Além disso, as reivindicações políticas e a organização interna são traços que não são muito conhecidos pelo público, algo determinante para compreender o PCC em outras faces, para além daquela criminal.

O objetivo deste artigo é analisar o surgimento e os primeiros desdobramentos da organização Primeiro Comando da Capital, focando nos seus integrantes, ritos, organização política, estatuto e ações na década de 1990. O intuito é compreender e visar uma nova historiografia do objeto referido, compreendendo e visando questões simbólicas, culturais, políticas, econômicas e organizacionais do próprio PCC.

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, através de uma revisão bibliográfica das principais referências acadêmicas e jornalísticas sobre os temas do crime organizado, segurança pública e do Primeiro Comando da Capital.

Como se trata de um fenômeno que tem uma intensa rede de sociabilidade e debates públicos, nunca houve uma historiografia oficial, isto é, não há uma centralização de uma história escrita por uma diretriz própria dos integrantes, mas sim, narrativas de indivíduos que vivenciaram esse surgimento de formas diferentes, criando experiências e visões distintas, gerando por muito tempo disputas internas de uma história oficial do nascimento do PCC, como mostra Biondi (2018).

---

<sup>3</sup> Há de fato uma presença do PCC em várias regiões periféricas do estado de São Paulo, mas não é possível afirmar que a organização está presente em todas as periferias via seus membros e aproximados. O que há nesses locais, é o cumprimento de normas, condutas e a administração de conflitos cotidianos oriundos da organização, algo que Dias (2011), Biondi (2018) e Ruotti (2016) desenvolvem em suas obras. Assim, a obediência e legitimidade das populações com os preceitos do PCC criam uma relação complexa e profunda, tornando a facção como uma ética normalizada em leis, como observa os pesquisadores na entrevista Feltran *et al.*, (2010).

Partiremos do princípio dos trabalhos dos pesquisadores que desenvolveram uma bibliografia sobre o tema e conseguiram colher as diversas narrativas a fim de produzir uma análise histórica sobre o surgimento do PCC. Por esse meio, aparecerão versões/narrativas contadas por posições distintas sobre o fenômeno PCC, devido à metodologia de entrevistas com pessoas diferentes que os investigadores do tema realizaram. Não será entendido que existe na bibliografia consultada uma história verdadeira e outra falsa, mas pontos de vistas diferentes sobre o mesmo fenômeno social.

Quando se pensa no surgimento do Primeiro Comando da Capital, é preciso considerá-lo como um longo processo no âmbito da segurança pública paulista que envolve os detentos em cárcere e as ações do próprio governo do estado de São Paulo da época. A importância de romper com os discursos da mídia, da polícia e das alas conservadoras da sociedade sobre a criação do PCC é o primeiro passo para ultrapassar a aparência do senso comum a fim de ver a essência dos fatos, através de uma nova metodologia analítica (FOUCAULT, 1991).

## **O surgimento através do futebol**

Os acontecimentos da segurança pública na década de 1980 e início da década seguinte foram as razões para a criação da facção paulista. Segundo os autores Biondi (2018), Biondi e Marques (2010), Dias (2011), Feltran (2018), Jozino (2017) e Manso e Dias (2018), a criação do Primeiro Comando da Capital aconteceu oficialmente em 31 de agosto de 1993, na Casa de Custódia em Taubaté, conhecida como “Piranhão”, sob autoria de oito detentos.

Os oito criadores da maior organização dos presos do Brasil foram: Misael Aparecido da Silva, com o apelido de Miza<sup>4</sup>; César Augusto Roriz Silva, com o codinome de Cesinha; José Márcio Felício, apelidado de Geleirão; Wander Eduardo Ferreira, denominado

---

<sup>4</sup> No “mundo do crime” é comum utilizar codinomes, apelidos ou “vulgos” como se fossem apelidos herdados de suas condições naturais (ser magro, gordo, alto, baixo etc.), de suas habilidades profissionais (professor, doutor, médico), de seu lugar de origem (nomes de estados, cidades e bairros) ou apelidados por outras pessoas e características.

de Eduardo Cara Gorda; Antônio Carlos Roberto da Paixão, com seu sobrenome Paixão como codinome; Isaías Moreira do Nascimento, o Isaías Esquisito; Ademar dos Santos, o Dafé, e Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Bicho Feio (JOZINO, 2017).

Outros cofundadores<sup>5</sup> que obtiveram poder e prestígio foram Idemir Ambrózio, mais conhecido como Sombra, e Marcos Willians Herbas Camacho, apelidado como Marcola ou Playboy, ambos tiveram um papel fundamental na organização nesses primeiros anos, difundindo os ideais e batizando novos membros em outras cadeias paulistas.

Durante os primeiros anos de vida do PCC, houve uma forte disputa interna para decidir sobre todas as esferas de atuação e de organização, causando confrontos, ataques e mortes. Assim, por causa da pandemia de covid-19 no Brasil, José Márcio Felício, vulgo Geleião<sup>6</sup>, que estava preso há quase 40 anos e estava em unidade prisional federal morreu em decorrência da doença, sendo o último fundador morto (JOZINO, 2021). Os outros sete fundadores do PCC foram assassinados, cometeram suicídio ou morreram por alguma doença em cárcere nos anos iniciais do comando na década de 1990 (JOZINO, 2017).

O estopim que surgiu o PCC foi uma aliança de oito detentos para resistir às punições dos agentes de segurança pública do “Piranhão”, após um conflito que resultou em mortes durante uma partida de futebol entre o “comando caipira” contra o “comando da capital” (DIAS, 2011, p. 166-167).

O comando caipira era o time de futebol dos presos que vieram da região do interior de São Paulo, em especial, nos arredores do Vale do Paraíba e no centro-oeste paulista. Enquanto o comando da capital era o time de futebol dos detentos que vieram da capital paulista ou da região metropolitana (JOZINO, 2017). Nessa peleja, com a vitória do time do comando da capital, houve uma briga generalizada, segundo Jozino (2017, p. 24), Cesinha matou 2 detentos na partida, inaugurando os dois primeiros assassinatos do Piranhão.

---

<sup>5</sup> Segundo a obra de Jozino (2017), Sombra e Marcola não participaram do pacto que fundou a organização, uma vez que eles estavam em sua cela e não assistiram à partida de futebol. Mas como tinha amizade com os fundadores e uma boa articulação no “mundo do crime” eles foram considerados como cofundadores.

<sup>6</sup> Quando estava vivo e excluído de sua liberdade, Geleião estava jurado de morte pela própria facção que ele criou, por causa das mudanças da estrutura da cúpula interna do PCC e de acusações que são contra os preceitos éticos da conduta do crime no começo dos anos 2000 (JOZINO, 2021).

Dias (2011, p. 167) relata uma versão diferente, no jogo de futebol entre os times caipira e da capital, houve uma confusão com provocações de ambos e de suas torcidas. Geleirão matou seu rival de uma forma macabra, quebrando o pescoço de seu adversário e tentando arrancar sua cabeça, após isso, outro jogador do comando da capital matou seu adversário e, posteriormente, os guardas da unidade separaram o tumulto.

Após a intervenção das forças de segurança da Casa de Custódia, devido à violência no jogo de futebol, os recém-fundadores já prevendo uma forte punição por parte do diretor e dos agentes penitenciários, fizeram um pacto mútuo de resistência contra a violência que era exercida pela direção do Piranhão. Segundo Dias (2011), essa aliança iria além dos castigos que os presos tomariam, transformando aquele fato em uma rede de solidariedade entre os membros contra as mazelas que a população carcerária sofria.

Os oito presos do time da capital, responsáveis pelos assassinatos, sabendo que seriam severamente punidos pela administração prisional, selaram um pacto: “Quem ofender um de nós ofenderá a todos – somos o time do PCC, os fundadores do Primeiro Comando da Capital.” Criaram assim um código de autoproteção: “Na nossa união ninguém mexe” (DIAS, 2011, p. 167).

Temendo a violência da penitenciária contra os presos, essa aliança não foi algo surpreendente, mas sim um efeito das políticas de segurança pública do Estado e, principalmente, da posição do diretor do Piranhão da época (SILVESTRE, 2018). O diretor José Ismael Pedrosa já era uma figura conhecida pelos presos e que estava presente nos noticiários paulistas, o então gestor, foi o diretor responsável pelo massacre do Carandiru em 1992. Essa tragédia foi o estopim para que o governador Luiz Antônio Fleury transferisse o então diretor do Carandiru para a Casa de Custódia de Taubaté em 1993.

A transferência para o Piranhão trouxe o aumento da violência, punições e arbitrariedades que Pedrosa permitia, causando um sentimento de ódio e revolta dos presos com a figura dele. Por isso, não é estranho associar o nascimento do Primeiro Comando da Capital à figura de Luiz Antônio Fleury e José Ismael Pedrosa. As ações das políticas de Estado e das penitenciárias trouxeram como reação o surgimento do próprio PCC.

Os relatos e falas dos membros e parentes próximos do comando trazido pela obra de Jozino (2017) evidenciam o papel das autoridades estatais no fenômeno PCC, demonstrando como foi uma relação de causa e efeito do Estado por meio de suas políticas a sociedade prisional (JOZINO, 2017, p. 26):

Não demorou muito, o Sombra foi mandado de volta para o Piranhão.  
Como lembra Débora, seu marido teria afirmado para o diretor:  
- O PCC foi fundado por nove pessoas. Oito presos e o senhor!  
Para ele, o diretor geral da Penitenciária de Taubaté era o principal responsável pela linha dura no presídio. Além disso, Sombra bem o sabia, quando do Massacre do Carandiru, era Ismael Pedrosa o diretor geral da casa de detenção.

Nesse primeiro momento, os próprios componentes da irmandade já enxergavam o papel do Estado na própria realização da organização. Na citação de Jozino (2017), Sombra questiona o diretor e argumenta que, no total, foram nove fundadores do grupo, somando os oito detentos mais José Pedrosa. Portanto, este carregou o peso por ser o responsável do massacre do Carandiru em 1992 e o diretor da cadeia que originou a maior facção de presos do Brasil, em 1993.

Após a volta do período de punições em razão da partida de futebol, os presos agora intitulados como integrantes do Primeiro Comando da Capital começam a configurar concretamente a sua organização. A aparição de símbolos que representaria de uma forma velada, mas inteligente a presença do comando foi desenvolvida, o melhor exemplo disso foi o codinome 15-3-3 para citar o nome do comando. Essa numeração teve inspiração no Alfabeto Congo utilizado pelo CV do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980.

A numeração 15-3-3 nada mais é do que as letras P, C, C numeradas pelo alfabeto brasileiro<sup>7</sup>. Mizael também criou o logotipo para evidenciar a formação do PCC. O símbolo da filosofia oriental do *Tao* foi escolhido para representar, com o *Yin Yang* simbolizando o equilíbrio das coisas que deveriam estar presentes no grupo (JOZINO, 2017, p. 24-25). Algumas vestimentas foram criadas com os símbolos e signos do PCC, representadas pelo

---

<sup>7</sup> Neste caso o alfabeto na década de 1990 não tinha as letras oficiais: K, W e Y. O alfabeto Congo hoje teria outra numeração.



1533, *Yin Yang* e até o rosto do revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara, em alusão aos ideais revolucionários que os integrantes detinham para combater o sistema penal (JOZINO, 2017, p. 25).

## O primeiro estatuto do partido

A inovação jurídica e política desse grupo, foi a elaboração, feita a caneta e papel, de 17 artigos bem definidos de um estatuto político produzido por Mizael, Sombra e outros detentos na própria penitenciária (JOZINO, 2017, p. 24). O objetivo era que todos os membros seguissem as determinações de cada artigo do estatuto para terem coesão política dentro da organização, a fim de chegar nas finalidades do grupo, isto é, combater as mazelas do sistema penitenciário paulista para auxiliar os membros do PCC e suas famílias aos seus direitos básicos (BIONDI, 2017, p. 49; DIAS, 2011, p. 168).

Já era conhecido entre as cadeias paulistas o estatuto do partido do crime, porém, só no ano de 1997 veio à tona para opinião pública este documento, o que foi desmentido pelas autoridades do governo paulista. Muitos pesquisadores apontam que a construção das normas e da ética da organização foram produzidas de maneira coletiva, elaborando as reivindicações da população carcerária e instituindo o complexo jurídico-político e ético que foi sendo transformado e disseminado ao longo dos 29 anos da organização do PCC (FELTRAN, *et al.*, 2010).

A partir deste ponto serão analisados os artigos do primeiro estatuto do Primeiro Comando da Capital, levando em consideração o contexto da época e visando o olhar sociológico e político no documento (JOZINO, 2017, p. 27):

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.

Nesses primeiros artigos estão expostos os ideais e bandeiras políticas que todos os componentes devem seguir. O discurso produzido pelo comando, que deve ser colocado em prática, é pautado contra a desigualdade social, as injustiças e a opressão que a população carcerária vivia na época e a solidariedade entre os filiados da organização, seja aqueles que estão cumprindo pena ou aqueles que estão livres nas ruas. Essa ajuda mútua ocorria através de uma contribuição financeira ou algum trabalho em prol da irmandade, havia as tarefas de cunho econômico e de ordem política. Desde o início, existia uma centralização hierárquica da estrutura política do PCC para evitar possíveis rachas dentro do partido e manter a unidade política para que houvesse coesão interna:

6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado" mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido (sic) (JOZINO, 2017, p. 27-28).

Outros dois pontos cruciais e extremamente fortes na execução interna do grupo são as disciplinas e as punições. A ideia inicial do artigo 6 é que o Primeiro Comando da Capital esteja acima de qualquer forma de interesses individuais que não busque o coletivo. Caso ocorra qualquer tentativa de captar algo do partido (influência política ou riqueza econômica), ausentar-se de suas funções para benefício próprio, mentir nas instâncias de discussão, decisão ou de atuação, traição ou qualquer forma de quebrar a aliança com o PCC e seus membros, o mesmo sofrerá as mais severas punições.

Essa relação de disciplina e punição não foi uma invenção do PCC, mas uma complexa técnica social que Foucault (2014) trabalha em sua obra. Portanto, a gestão dos corpos e suas punições é um fenômeno reproduzido pela facção, através do forte poder disciplinar dentro das prisões, algo interessante de se observar, visto que a própria estrutura prisional já é composta pelo poder disciplinar e a gestão dos corpos, mas a singularidade do caso do PCC é a dupla gestão biopolítica dos corpos e seus poderes disciplinares entre o Estado e o PCC assumindo com a população prisional (FOUCAULT, 2014).

Destarte, houve com o surgimento e expansão da organização, uma transição na gestão disciplinar dentro das prisões, com o fim dos assassinatos entre os presos – sem o aval da facção – e de brigas generalizadas, o fim do consumo de crack, a proibição de violência sexual entre os próprios detentos e a reivindicação, que obteve sucesso, das visitas íntimas para os presos e uma nova jurisdição e ética promovida pelos ideais do grupo, fator que construiu uma estabilidade e hegemonia nas prisões em que o PCC coordena, como citado na entrevista dos pesquisadores:

São muitas e conhecidas as mudanças que ocorreram nas prisões após o nascimento do PCC: diminuição no número de homicídios e das agressões entre prisioneiros, fim do consumo de crack e dos abusos sexuais, não se vende mais espaço na cela, não se troca favor com agentes penitenciários em benefício próprio em detrimento de outros, não se fala palavrões. Mas é importante lembrar que essas mudanças não são frutos de leis, decretos ou imposições. Suas propostas nascem de amplos debates e são expandidas e adotadas paulatina e assistematicamente, não sem resistências e diferenciações na condução dessas políticas (FELTRAN, *et. al.*, 2010, p. 1).

A moralidade é outro ponto presente nas redes de sociabilidade do PCC. Como o fenômeno tem alguns valores, que são seguidos e incluídos na sua realidade, aumentando essas teias sociais direcionadas pela supervisão do PCC. O artigo 8 é o resultado dessa relação de rede de sociabilidade conectado pela disciplina e punição. O bom exemplo que os membros devem ter, causam uma relação de legitimidade e aprovação moral de terceiros a partir das diretrizes do PCC, gerando mais poder e disciplina a serem seguidos pela influência da irmandade.

A proibição de ações consideradas “imorais”, dentro do próprio sistema e território que o PCC estava se inserindo na época, como os assaltos entre os próprios presos, os estupros que eram práticas recorrentes nas cadeias e as extorsões de presos com mais poder do que outros, deveriam ser encerradas.

Antes da existência do grupo, os casos de estupros entre os presos eram considerados normais, pois não havia naquela época visitas íntimas e o ato de estuprar era uma forma de agressão e de mostrar seu poder diante da hierarquia da prisão. Os agressores eram denominados como “malandrões”, indivíduos que carregavam um poder simbólico e esbanjavam através da violência e dominação contra presos mais novos e de aparência feminina (DIAS, 2011, p. 203).

O artigo 8, em ocasião foi bem colocado no discurso e na prática contra os estupros, transformando-o em uma nova cultura política dentro dos territórios que o PCC dominou nos primeiros anos, como Dias mostra em sua obra: “Como parte do discurso que pregava a união e a solidariedade estava a proibição da violência sexual, corriqueira até aquele momento” (DIAS, 2011, p. 204).

O artigo 10, no primeiro estatuto, remete a obediência de cada função em sua estrutura disciplinar. A configuração política era formada por uma estrutura inicial de tipo piramidal, garantindo o “direito” dos componentes a falarem e julgarem algo a favor do partido, mas a decisão final e poder estaria concentrado nas mãos dos fundadores. Dessa maneira, na divisão interna da estrutura do PCC, havia os que mandavam, fundadores que foram apelidados de “generais” e os que obedeciam, todo o componente que era apelidado de “soldado”.

Destarte, nessa época havia uma divisão do trabalho entre generais e soldados, os que ordenam e os que cumprem, como a autora destaca: “Tratava-se de uma relação de poder com forte componente hierárquico, sem qualquer pretensão – ou necessidade – de mascarar tais elementos, como fica evidente pelos termos utilizados [...] posições hierárquicas (soldado, general etc.)” (DIAS, 2011, p. 220).

Seguindo com os pontos do estatuto:

11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".
12. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.
14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes (JOZINO, 2017, p. 28).

O famoso lema “Paz, Justiça e Liberdade” (PJL), originado pelo Comando Vermelho, foi utilizado pelo PCC para representar seus ideais e lutas políticas. A unidade e a disciplina como já tratado neste estatuto inicial, são feitos para a manutenção da organização no intuito de combater as injustiças, evitar novos massacres como o de 1992 no Carandiru e lutar pelos direitos básicos dos presos que não eram atendidos. Por consequência, a disciplina e punição são os instrumentos sólidos para que a relação de poder entre os generais e os soldados seja estável, a fim de evitar rachas dentro da organização, pois se os presos não estivessem unidos por uma causa comum, o sistema prisional manteria o *status quo*.

O artigo 14 era um objetivo simbólico e ao mesmo tempo prático. A desativação da Casa de Custódia de Taubaté era um sonho para os membros do PCC, pois foi onde tudo começou e surgiu a fama de ser uma das cadeias mais violentas de São Paulo. Denunciar os crimes de José Pedrosa e livrar os cárceres da tortura iam além do valor simbólico, transformando em uma meta a ser alcançada (JOZINO, 2017).

16. Partindo do Comando Central da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
17. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e

conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV

UNIDOS VENCEREMOS (JOZINO, 2017, p. 28)

Os dois últimos artigos remetem à centralização através de um Quartel General e suas esferas organizativas e a aliança com o CV. A consolidação do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, e do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, ocasionou uma herança organizacional desses grupos e forjou uma nova construção da criminalidade e dos sujeitos que estão nesse universo, atrelando a sua luta coletivamente em vez de individualmente, fabricando novas organizações a partir da década de 2000 por todo o Brasil<sup>8</sup> (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018). O próprio PCC, desde sua origem, tinha como plano uma união entre as organizações de presos contra os inimigos do Estado, esse primeiro estatuto visava uma coligação nacional entre o PCC e CV como aponta o 17º artigo.

Essa coligação entre os partidos dos presos de São Paulo e do Rio de Janeiro almejava a fortificação dos seus próprios núcleos locais, isto é, instalar em suas próprias bases estaduais e depois um plano de conquista a nível nacional. Essa consolidação era a propagação dos ideais de ambos, principalmente por Paz, Justiça e Liberdade das massas carcerárias de todo Brasil e revolucioná-las ao ponto de enfrentar o Estado brasileiro. Além da desativação do Piranhão, também foi acoplada a desativação da penitenciária carioca Bangu I, onde estava grande parte da cúpula do CV na época.

---

<sup>8</sup> Atualmente, há dezenas de facções espalhadas por todas as unidades federativas do Brasil, com grupos com poder local, estadual, regional e nacional. Além disso, houve a partir dos anos 2010 a internacionalização dos comandos, como o PCC, que se constituiu como uma organização com bases, influências e contatos com outros grupos em muitos países da América Latina e com conexões em outros continentes (MANSO; DIAS, 2018).

O discurso utilizado, portanto, clamava a união de todos os presos encarcerados e simpatizantes para lutarem contra toda forma de desigualdade, injustiça e opressão. Esse estatuto, para a época, era algo inovador e revolucionário. Aos olhos das autoridades era uma forma organizativa coesa de presos que não queriam mais ficar à mercê do julgamento do sistema penitenciário.

### **Complexidade simbólica e estrutura política interna**

A organização ficou popularmente conhecida por ritos que estão dentro do jogo simbólico, mediante às suas redes de sociabilidade e de interdependência (ELIAS, 2010), princípio que será analisado a partir da visão antropológica. O rito de passagem para adentrar a irmandade se chama “Batismo”. Este sempre esteve presente na história do PCC, modificando-se ao longo do tempo, mas com a mesma função: trazer para o grupo aqueles mais próximos e aptos a se tornarem membros do Primeiro Comando da Capital. Uma conceituação mais clara e objetiva sobre o batismo, é encontrada no livro de Jozino (2017, p. 222): “entrar para o PCC pela indicação de um integrante, jurando fidelidade ao partido”.

Esse processo não era algo simples, segundo Biondi (2018), Jozino (2017) e Dias (2011), o batizado deveria ter um padrinho que indicasse ele ao grupo e que julgasse a sua entrada. O indivíduo que está prestes a se tornar parte do grupo, deveria ter alguma recomendação de um integrante do PCC, assim, ele deveria esperar o convite e, então, começar a preparação para a sua entrada.

Diante disso, haverá uma relação de padrinho e afilhado, o padrinho terá toda a responsabilidade pelo seu afilhado, e caso este último cometa algum erro, é o padrinho que sofrerá as punições até a conclusão desse “ritual de passagem” (DIAS, 2011, p.252-253). Há, portanto, uma relação de interdependência entre o recém-chegado e o integrante deste com o PCC (ELIAS, 2010). Essa rede de laços sociais deve seguir a lealdade, honestidade, confiança e as leis ético-morais da facção.

Caso o afiliado possa cumprir esse primeiro passo, ele entra para a organização. A oficialização do batismo é uma cerimônia que conta com a presença do padrinho, afilhado

e de um terceiro. O novo indivíduo deve jurar lealdade, cumprir o estatuto, ser responsável e ter uma credibilidade com o mundo do crime para se consolidar nesse universo e nas dinâmicas do PCC (BIONDI, 2018, p. 71).

As denominações próprias do universo PCC foram criadas para aumentar o elo entre os membros do grupo. Esses códigos produzem novas teias de interdependência dentro e fora das cadeias, produzindo uma ressignificação do indivíduo quando ocorre o processo de batismo (BIONDI, 2018). É dessa ressignificação que se cria um vocabulário próprio, já tendo influência da realidade do mundo do crime como Feltran (2007) relata minuciosamente em seu texto, formando uma espécie de glossário do crime.

A partir da entrada oficial no Primeiro Comando da Capital, o integrante se torna um “Irmão”<sup>9</sup>. Não importa se o irmão foi batizado dentro ou fora das cadeias, se foi batizado em São Paulo ou em outra unidade federativa, ele sempre será um irmão. Como falado, nesse primeiro momento de criação do PCC, havia uma divisão hierárquica que foi nomeada pela sua divisão do trabalho, os generais eram os fundadores e líderes do partido, os soldados são todos os integrantes da base da facção que cumpriam as ordens de cima (JOZINO, 2017).

Havia também nomes para aqueles que estavam fora da participação direta do comando, contribuindo indiretamente ou que possuíam algum tipo de influência no partido. Aqueles que viviam nas cadeias do PCC, mas não eram irmãos, foram denominados com o título de “Primos” e, diversas vezes eles cumpriam as regras estabelecidos pelo grupo (BIONDI, 2018).

Além dos primos, havia as “Cunhadas” que eram as esposas dos irmãos presos do PCC que cumpriam ao longo da história da organização funções que auxiliavam os interesses da irmandade. Existia do mesmo modo as “primeiras-damas”, esposas dos líderes da facção, mesmo não compondo oficialmente a cúpula, as primeiras-damas tinham bastante poder e respeito dentro e fora das cadeias (JOZINO, 2017).

---

<sup>9</sup> A partir desse momento, referenciar-se-á os participantes da organização PCC como “Irmãos”.



Também se apelidava os inimigos de facções rivais como “Coisa”. Os policiais militares, carcereiros ou outro agente de segurança pública de “Verme” (BIONDI, 2018; DIAS, 2011); e quem não estava nesse universo e se intrometia nos interesses ou conversas da organização, era chamado de “Zé Povinho”.

A territorialidade do espaço dominado pela família também tinha codinomes próprios. Os bairros periféricos eram chamados de “quebradas”, entende-se que qualquer indivíduo (esteja ele dentro do mundo do crime ou não) reconhece seu bairro de origem como “sua quebrada”. Este local de pertencimento ultrapassa as barreiras do espaço geográfico trazendo com ele, costumes, hábitos, gírias e a nostalgia de sua criação, tendo orgulho de sua origem, introduzido como uma identidade própria do sujeito e com o local.

Há outros termos no glossário do comando que podem ser encontrados nas mais variadas bibliografias. Por meio disso, a semiótica dentro do universo PCC é ampla e complexa, garantindo uma significação própria que os sujeitos significantes atribuem a determinados significados, ressignificando diversos procedimentos, normas e comportamentos, criando dialetos dentro do mundo da periferia que são incorporados no mundo do crime e inserido nas periferias.

O PCC reconfigurou e transformou o universo simbólico, político e econômico nas prisões e periferias, criando um fenômeno de ressignificação da sociabilidade local com elementos singulares da produção criminal da irmandade, disputando as narrativas contra os discursos da grande mídia, polícia e setores conservadores – que estimulam uma visão estereotipada dos sujeitos atrelados as bases do partido – e criando redes de legitimidade e uma complexa relação com setores do Estado e com as populações periféricas e prisionais.

Por conseguinte, entre 2002 e 2003, o PCC sofreu uma transformação de sua estrutura interna, fruto das disputas e ascensão da ala conduzida por Marcola, reconfigurando a organização política da facção, instituindo elementos mais “democráticos”, com mais participação das camadas “inferiores” nos debates e decisões da organização, diluindo as funções dos generais e diminuindo a distância entre os irmãos de instâncias “superiores” e “inferiores” (JOZINO, 2017; DIAS, 2011). Ademais, foi produzido novos ideais além do P JL, concebendo os lemas de Igualdade e União para dentro da

organização, além de um novo estatuto atualizado em 2017, caracterizado pelas novas demandas e realidades do PCC.

### **Considerações finais**

A violência, criminalidade e o surgimento de novas organizações que atuam na ilegalidade ganharam os noticiários, os discursos governamentais e parlamentares, as ações repressivas das forças policiais e o amedrontamento da população, perante os problemas apresentados, compõem a realidade brasileira.

A aparição do CV no Rio de Janeiro e do PCC, em São Paulo, corroborou para uma nova realidade e ressignificação do mundo do crime (FELTRAN, 2007), colocando essas organizações atuantes do limbo das práticas do legal e ilegal (TELLES; HIRATA, 2007) e gerando novas demandas e enfoques para a segurança pública brasileira.

O surgimento e os primeiros passos do PCC, através da complexidade dos elementos simbólicos, culturais, políticos, econômicos e institucionais, foi alvo deste trabalho, razão importante para haver uma melhor compreensão do que é esse universo rizomático do Primeiro Comando da Capital, para haver melhores soluções para o esclarecimento da discussão no âmbito acadêmico e na formulação de políticas públicas em prol a segurança pública e a questão urbana para o povo brasileiro.

### **Referências**

ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 33-54, 2019.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Editora Record, 2003.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. Editora Terceiro Nome, 2018.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. **Memória e historicidade em dois" comandos" prisionais**. Lua Nova, n. 79, p. 39-70, 2010.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 2**. Zahar, 2010.

FELTRAN, Gabriel et al. **16 perguntas sobre o PCC**. Crimes no Brasil (blog), Estadão (São Paulo), January, v. 23, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. Editora Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, v. 30, p. 11-50, 2007.

FOUCAULT, Michel. Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, v. 7, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime. Editora Objetiva, 2017.

JOZINO, Josmar. Uol. **Fundador, Geleição foi expulso do PCC, delatou e ficou preso por 41 anos**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/josmar-jozino/2021/05/10/covid-19-mata-geleiao-fundador-do-pcc-e-tambem-glauro-o-entendo-dele.htm>. Acesso em: 19 set. 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Editora Todavia SA, 2018.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Mórula Editorial, 2020.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas-o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores**: política e segurança pública em São Paulo. Annablume Editora, 2018.

RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade do PCC**: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas:** nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados [online]. 2007, v. 21, n. 61, p. 173-191.